

ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Sumário</i>	VII
<i>Obras do Autor</i>	IX
<i>Prefácio – A Propósito de Direito Médico.</i>	XI
<i>Nota do Autor</i>	XIII
Introdução – Em Favor do Direito Médico	1
Capítulo I – A Medicina e o Direito	5
1.1. Introdução	7
1.2. O pensamento hipocrático.	12
1.3. Os direitos do paciente	14
1.4. A quem pertence o prontuário?	15
1.5. O consentimento do paciente	17
1.6. A velha e a nova ética médica	19
1.7. A ética médica de hoje	20
1.8. A ética no Direito.	24
1.9. O Código de Ética Médica	25
1.10. Fundamentos de um código de ética	26
1.11. A estrutura do Código de Ética atual	27
1.12. As razões do Código de Ética de 1988	28
1.13. Bibliografia	30
Capítulo II – Exercício Legal e Exercício Ilegal da Medicina	31
2.1. Introdução	36
2.2. Exercício legal da medicina	36
2.3. Conselhos de Medicina	38
2.4. Médico estrangeiro domiciliado na fronteira	40
2.5. Inscrição de médico deficiente.	40
2.6. Exame de qualificação de médico recém-formado	41
2.7. Inscrição de médico estrangeiro asilado.	42
2.8. Suspensão do registro por doença incapacitante	42
2.9. Anotações de penalidades na carteira profissional do médico infrator	43
2.10. Exercício ilegal da medicina	45
2.11. Charlatanismo	47
2.12. Curandeirismo	49
2.13. Os limites do ato médico	50
2.14. Interdição cautelar	52
2.15. Bibliografia	54
Capítulo III – Liberalismo Médico.	57
3.1. Introdução	59
3.2. Aspecto legal	60
3.3. Sindicalismo médico	61

3.4. Medicina-empresa	62
3.5. Especialismo médico	65
3.6. Socialização da medicina	66
3.7. Valorização do Sistema Unificado de Saúde (SUS)	69
3.8. Medicina de fábrica	70
3.9. Medicina de grupo	71
3.10. A greve e a ética	75
3.11. Auditoria médica	77
3.12. Direito de internar e atender	78
3.13. Código do Consumidor e o exercício da medicina	79
3.13.1. A responsabilidade civil do médico	80
3.13.2. O ato médico como prática abusiva	82
3.13.3. Os planos de saúde e as cláusulas abusivas	83
3.14. O médico e o Estatuto da Criança e do Adolescente	86
3.15. O médico e o meio ambiente.	87
3.15.1. O direito à sanidade	88
3.15.2. O direito ao meio ambiente saudável	90
3.16. As cooperativas médicas e a dupla militância	92
3.17. <i>Managed care</i>	95
3.18. Medicina baseada em evidências	96
3.19. Saúde e liberdade	101
3.20. Por uma medicina política	104
3.21. Bibliografia	105
Capítulo IV – Atestados Médicos	107
4.1. Introdução	108
4.2. Aspectos ético-legais	109
4.3. Alcance e limites do atestado em relação ao laudo médico	112
4.4. Carteira de saúde de seqüelados	114
4.5. O atestado médico e o segredo	116
4.6. Diagnóstico codificado	117
4.7. Laudo piedoso	118
4.8. Testes de gravidez e atestados de esterilidade na admissão ao trabalho	119
4.9. Atestado por especialista	120
4.10. Atestado para si mesmo	121
4.11. Atestado de óbito	121
4.12. Testes pré-admissionais para AIDS	123
4.13. Bibliografia	124
Capítulo V – Segredo Médico.	125
5.1. Introdução	127
5.2. Aspectos legais.	127
5.3. Escolas doutrinárias	130
5.4. Quando se diz que não houve quebra do sigilo	132
5.5. Conflitos entre o médico e o segredo	133
5.6. Privacidade e sigilo em informática médica	134
5.7. Situações especiais.	138
5.8. Segredo médico: obrigação quando no exercício da profissão	144
5.9. Conclusões	145
5.10. Bibliografia	145

Capítulo VI – Honorários Médicos	147
6.1. Introdução	149
6.2. Mercantilismo	150
6.3. Critérios de avaliação do honorário	152
6.4. Honorário médico tabelado	154
6.5. Honorário médico parcelado	155
6.6. Aspecto legal	156
6.7. Prescrição de honorários	157
6.8. Cobrança judicial	157
6.9. Quando não cobrar	158
6.10. De quem cobrar	159
6.11. Situações especiais	160
6.12. Bibliografia	165
Capítulo VII – Publicidade e Publicações Médicas	167
7.1. Publicidade médica	172
7.2. Mercado da personalidade	174
7.3. Publicações médicas	174
7.4. Informações médicas	175
7.5. A Medicina e a imprensa	178
7.6. Uso de marcas e nomes comerciais	179
7.7. Boletim médico	181
7.8. Telemedicina	183
7.8.1. A relação médico-paciente	185
7.8.2. A responsabilidade dos médicos	185
7.8.3. Responsabilidade do paciente	186
7.8.4. A qualidade da atenção e a segurança na telemedicina	186
7.8.5. História clínica do paciente	187
7.8.6. Recomendações	187
7.8.7. Conclusões	187
7.9. Bibliografia	188
Capítulo VIII – Tratamento Arbitrário	189
8.1. Introdução	190
8.2. Aspectos ético-legais	191
8.3. Transfusões de sangue em Testemunhas de Jeová	193
8.4. Greve de fome	196
8.5. Condutas de contenção de pacientes	200
8.6. Bibliografia	202
Capítulo IX – Omissão de Socorro	203
9.1. Introdução	204
9.2. Aspectos legais	205
9.3. A ordem administrativa e o exercício médico	207
9.4. A consciência do perigo	208
9.5. Plantão “a distância”	209
9.6. Condutas na urgência e na emergência	211
9.7. Bibliografia	214
Capítulo X – Responsabilidade Médica	215
10.1. Introdução	219

10.2. Conceito geral	222
10.3. Antecedentes	223
10.4. Responsabilidade profissional	224
10.5. Deveres de conduta do médico	226
10.5.1. Dever de informação	227
10.5.2. Dever de atualização	230
10.5.3. Dever de vigilância e de cuidados	231
10.5.4. Dever de abstenção de abuso	232
10.6. Elementos da responsabilidade	234
10.7. Aspectos jurídicos	234
10.8. Resultado adverso	235
10.9. Erro médico	236
10.10. Responsabilidade penal do médico	238
10.10.1. Imprudência médica	238
10.10.2. Negligência médica	238
10.10.3. Imperícia médica	244
10.11. Ato médico: obrigação de meios ou de resultados?	247
10.12. Responsabilidade civil do médico	249
10.13. Consentimento e responsabilidade	252
10.14. Responsabilidade funcional do estudante	253
10.15. Responsabilidade médica derivada	255
10.16. Socialização do risco médico	257
10.17. Política de prevenção de risco de erro médico	261
10.17.1. Fatores de risco	261
10.18. Deveres de conduta das entidades prestadoras de serviços médicos	265
10.19. Responsabilidade civil das instituições de saúde	267
10.20. Como proceder diante da alegação de erro médico	269
10.20.1. Algumas advertências	269
10.20.2. Afinal, o que se deve ainda fazer?	271
10.21. Mediação, conciliação e arbitragem médica e de saúde	271
10.22. A perícia do erro médico	272
10.22.1. O nexa causal	273
10.22.2. As concausas	274
10.22.3. As circunstâncias do ato médico	274
10.22.4. O estado anterior da vítima	275
10.22.5. Os padrões médico-legais	275
10.23. Responsabilidade do paciente ou de terceiros	278
10.24. Bibliografia	279
Capítulo XI – Cirurgia Plástica	281
11.1. Introdução	282
11.2. Aspectos éticos e jurídicos	283
11.3. Cirurgia plástica: obrigação de meios ou de resultado?	285
11.4. Cirurgia da transexualidade	289
11.5. Bibliografia	292
Capítulo XII – Direitos do Feto	295
12.1. Introdução	296
12.2. Aspectos civis	298
12.3. Aspectos penais	300

12.4. Intervenções fetais	302
12.5. O feto e a pesquisa	317
12.6. Meios diagnósticos invasivos	317
12.7. Atos médicos perigosos e polêmicos	322
12.8. Conclusões	324
12.9. Bibliografia	325
Capítulo XIII – Reprodução Assistida	327
13.1. Introdução	328
13.2. Aspectos médico-legais	329
13.3. Aspectos jurídicos	330
13.4. Implantação ovular e a “barriga de aluguel”	332
13.5. Normas Éticas do Conselho Federal de Medicina sobre reprodução assistida.	335
13.5.1. Princípios gerais	335
13.5.2. Usuários das técnicas de reprodução assistida	335
13.5.3. Referente às clínicas, centros ou serviços que aplicam técnicas de reprodução assistida	336
13.5.4. Doação de gametas ou pré-embriões	336
13.5.5. Criopreservação de gametas ou pré-embriões	337
13.5.6. Diagnóstico e tratamento de pré-embriões	337
13.5.7. Sobre a gestação de substituição (doação temporária do útero).	337
13.6. Aspectos negativos das técnicas de reprodução assistida	337
13.7. A adoção de embriões congelados: uma alternativa ético-política	340
13.8. Clonagem humana	342
13.9. Seleção de sexo	344
13.10. Conclusão	344
13.11. Bibliografia	345
Capítulo XIV – Aborto Legal e Aborto Criminoso	347
14.1. Introdução	348
14.2. Aborto terapêutico	350
14.3. Projeto de declaração sobre o aborto terapêutico da Associação Médica Mundial.	351
14.4. Aborto sentimental.	352
14.5. Aborto eugênico	353
14.6. Aborto social	355
14.7. Aborto por motivo de honra.	356
14.8. Aborto livre	358
14.9. O caso dos anencéfalos	360
14.10. Bibliografia	361
Capítulo XV – Esterilização Humana	363
15.1. Introdução	365
15.2. Esterilização por indicação social	366
15.3. Esterilização por indicação médica	367
15.4. Esterilização dos anormais	368
15.5. Aspectos legais.	369
15.6. Bibliografia	370
Capítulo XVI – Medidas Antinatalistas	371
16.1. Introdução	373
16.2. O autocontrole das espécies	375

16.3. A realidade brasileira	378
16.4. Por trás do “planejamento familiar”	380
16.5. A intervenção estrangeira	382
16.6. A farsa de Malthus	384
16.7. A astúcia imperialista	385
16.8. Estrutura demográfica – um assunto político	386
16.9. Meios antinatalistas abortivos	388
16.10. Aspectos jurídicos	390
16.11. Aspectos éticos	393
16.12. Estimativas demográficas do Brasil	394
16.13. Contracepção de urgência	395
16.14. Conclusão	395
16.15. Bibliografia	396
Capítulo XVII – Pesquisas em Seres Humanos	397
17.1. Introdução	413
17.2. Aspectos legais	414
17.3. Direito à integridade biológica	417
17.4. A ética e a ciência	420
17.4.1. A tecnologia biomédica e o princípio da equidade	420
17.4.2. Tecnologia biomédica e relação médico-paciente	422
17.4.3. A educação médica e a tecnologia	422
17.5. Pesquisa em indivíduos sadios	424
17.6. Engenharia Genética	425
17.7. Experiências com células-tronco embrionárias	427
17.8. Experiências em condenados	430
17.9. Torturas por meios médicos	430
17.10. A questão do consentimento	432
17.11. Protocolo de pesquisa	434
17.12. O Projeto Genoma Humano	435
17.13. Conselho Nacional de Saúde	436
17.14. Bibliografia	451
Capítulo XVIII – Transplantes de Órgãos e Tecidos	453
18.1. Introdução	471
18.2. Critérios técnicos	472
18.3. Aspectos ético-legais	474
18.4. Comentários à nova Lei dos Transplantes	477
18.5. O decreto regulamentador	479
18.6. Críticas à legislação atual dos transplantes	480
18.7. Mercado de estruturas humanas	482
18.8. Ventilação eletiva para doação de órgãos	482
18.9. Doação de órgãos de anencéfalos	483
18.10. Transplante de face	485
18.11. Bibliografia	485
Capítulo XIX – Eutanásia	487
19.1. Introdução	490
19.2. Fundamentos	493
19.3. Aspectos éticos	499
19.4. No fim da vida: um itinerário de cuidados	500

19.5. O paciente que vai morrer: direito à verdade	502
19.6. Tratamento da dor crônica	506
19.7. A alienação da dor.	509
19.8. Sacralidade e qualidade da vida.	510
19.9. Sobrevivência privilegiada	513
19.10. Conclusões	514
19.11. Bibliografia	516
Capítulo XX – Legislação da Morte	517
20.1. Introdução	521
20.2. Conceito atual de morte	522
20.3. Disponibilidade do cadáver	528
20.4. Cremação de cadáveres	529
20.5. Necropsias clínicas	530
20.6. Necropsia médico-legal	531
20.7. Utilização de cadáveres no ensino e na pesquisa médica	533
20.8. Quem deve fornecer o atestado de óbito?	535
20.9. O atestado de óbito e a ética nos desastres de massa	537
20.10. Partes anatômicas	539
20.11. O médico e a morte	540
20.12. Cesárea <i>post mortem</i>	541
20.13. Gravidez, morte encefálica e transplantes de órgãos	542
20.14. A participação médica na pena de morte	544
20.15. Bibliografia	545
Apêndice	547
Conselhos de Medicina.	549
Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957	549
Lei nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004	554
Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958	555
Regulamento a que se refere a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957	555
Código de Ética Médica	562
Código Internacional de Ética Médica e Algumas Declarações de Princípios, Resoluções e Recomendações.	572
Código Internacional de Ética Médica.	572
Declaração de Caracas	573
Declaração de Estocolmo	574
Declaração de Genebra	577
Declaração de Hamburgo.	577
Declaração de Havana	578
Declaração de Helsinque (II).	578
Declaração de Helsinque (V)	581
Declaração de Hong Kong (I)	584
Declaração de Hong Kong (II).	585
Declaração de Hong Kong (III)	586
Declaração de Lisboa (I)	588
Declaração de Lisboa (II).	588
Declaração de Lisboa (III)	590
Declaração de Madrid (I)	592
Declaração de Madrid (II)	593

Declaração de Madrid (IV)	594
Declaração de Malta (I)	595
Declaração de Malta (II)	597
Declaração de Manila	598
Declaração de Oslo	604
Declaração de Sidney	604
Declaração de Somerset West (I)	605
Declaração de Somerset West (II)	607
Declaração de Tel Aviv (I)	607
Declaração de Tel Aviv (II)	609
Declaração de Tóquio	613
Declaração de Veneza (I)	615
Declaração de Veneza (II)	616
Declaração de Viena (I)	616
Declaração de Viena (II)	617
Declaração de Viena (III)	618
Declaração do Hawai	619
Declaração de Direitos da Pessoa Mentalmente Deficiente	620
Declaração de Princípios Éticos dos Médicos do Mercosul	621
Declaração Universal dos Direitos do Homem	622
Declaração Universal do Genoma Humano e dos Direitos Humanos	625
Recomendação de Bali	629
Recomendação de Bruxelas	629
Recomendação de Budapeste (I)	630
Recomendação de Budapeste (II)	631
Recomendação de Marbella	632
Recomendação de Munique	633
Recomendação de Rancho Mirage	633
Resolução de Estocolmo	634
Resolução de Hamburgo	635
Resolução de Ottawa	635
Resolução de Paris	636
Resolução de Tel Aviv	636
Código de Ética Odontológica	637
Código de Ética Farmacêutica	643
Código de Deontologia e de Ética Profissional Médico-Veterinária	650
Código de Ética do Estudante de Medicina	656
Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem	659
Código de Ética de Administração Hospitalar	665
Código de Conduta para Médicos do Trabalho	666
Salmo para um Indigente	667
Salmo para um Cadáver Desconhecido	668
Salmo para um Deficiente	669
Bibliografia	671
Índice Alfabético e Remissivo	675
Índice da Legislação	683